

PIB Potencial, Produtividade e Competitividade

1) ...

2) ...

3) ...

4) **Okun**

4.1) **Desemprego e hiato do PIB**

4.2) **“Cost-reducing policies”**

5) **Qualidade das instituições**

6) **Economia informal: causas e consequências**

7) **Carga fiscal vs Esforço fiscal**

8) **Para reflexão final**

Miguel Cadilhe

Economia e Políticas Públicas

– Módulo 3 (conclusão) –

FEG-UCP

2007/08

Módulo 3 – O que nos falta ver... Ou ver melhor...

Módulo 3 – PIB Potencial, Produtividade e Competitividade

- ✓ PIB efectivo e PIB potencial. Hiato do PIB.
- ✓ Estimativas do *gap* e ciclos económicos em Portugal.
 - Desemprego e lei de Okun.
 - ✓ Variáveis explicativas do PIB potencial.
 - ✓ Produtividade e salários reais.
 - ✓ Custos de contexto.
 - ✓ Competitividade. Noção e indicadores.
 - Política de redução de custos (Okun).
 - PP, qualidade das instituições e reformas estruturais.
 - Fiscalidade. Noções:
 - Carga fiscal e esforço fiscal.
 - Economia informal.
- ✓ As “armadilhas” da economia portuguesa.
 - Q e R.

4)
Okun

4.1) «Lei de Okun»

- Taxa de desemprego e hiato do PIB -

Versão original: «three-to-one ratio»:
Por cada 3 pp de hiato real negativo do PIB,
a taxa de desemprego (U) sobe 1 pp.

- 4 Questões:
- Qual é a base de U?
 - Há “lags”?
 - Releva Onde?
 - Releva Quando?

OKUN, *Prices and Quantities – A Macroeconomic Analysis*, 1980, p 228

*«Percentage variations of real GNP around its trend
are much larger than pp fluctuations in the unemployment rate (U).*

*Nearly 20 years ago, I found in the data of the fifties
an approximate rule of thumb (empirical rule) that
an increase of 1 pp in unemployment (U)
was associated with a (... ‘gap’) of about 3 pp in real GNP.
The rule of thumb held up so well over the next decade that
some of my professional colleagues named it “Okun’s Law”.*

*During the late seventies,
the three-to-one ratio no longer approximated reality.
(... The ratio) must depend
on the duration and severity of the typical cycle
and on the size of tolls (wages reductions) in the labour market.
If employers encounter an unusually deep recession
and expect the subsequent period of slack to be especially long-lasting,
they are likely to cut back employment
more nearly in proportion to the decline in output.»*

... 4.1) «Lei de Okun» – Taxa de desemprego e hiato do PIB -

Onde? Quando? Sim, releva.
Protecção do emprego actual:
1) Regimes legais...
Grau de flexibilidade da escala laboral...
2) Força dos sindicatos...

4 Questões:
- Qual é a base de U ? NAIRU.
- Há “lags”? Sim.
- Releva Onde?
- Releva Quando?

Como vejo a Lei de Okun
« h -to-1 ratio» e sendo U^* a taxa de desemprego por esta regra:

Conforme o país e a época,
por cada h pp de hiato real negativo acumulado do PIB
a taxa de desemprego (U^*) sobe 1 pp
face à taxa natural de desemprego
(NAIRU, taxa de desemprego não acelerador da inflação),
com desfasamento de n meses.

[*Mutatis mutandis*, h pp de hiato ... positivo... .. U^* desce 1pp]

$$U^* \% = \text{_____} \% - (\text{_____} \%) / \text{_____} ?$$

... 4.1) «Lei de Okun» – Taxa de desemprego e hiato do PIB -

$$U^* \% = \text{NAIRU} \% - (\text{Gap acum desfas} \%) / h$$

Como vejo a Lei de Okun «h-to-1 ratio»
e sendo U^* a taxa de desemprego por esta regra:

Fixando a taxa natural NAIRU
e conforme a fase do ciclo:

1) Abaixo da tendência,
 U^* vem tanto maior
quanto _____ for o hiato negativo
e _____ for o rácio de Okun.

2) Acima da tendência,
 U^* vem tanto menor
quanto _____ for o hiato positivo
e _____ for o rácio de Okun.

... 4.1) «Lei de Okun» – Taxa de desemprego e hiato do PIB -

$$U^* \% = \text{NAIRU \%} - (\text{Gap acum desfas \%}) / h$$

Como vejo a Lei de Okun «h-to-1 ratio»
e sendo U^* a taxa de desemprego por esta regra:

Fixando a taxa natural NAIRU
e conforme a fase do ciclo:

1) Abaixo da tendência,
 U^* vem tanto maior
quanto maior for o hiato negativo
e menor for o rácio de Okun.

2) Acima da tendência,
 U^* vem tanto menor
quanto maior for o hiato positivo
e menor for o rácio de Okun.

... 4.1) «Lei de Okun» – Portugal 1995 -

«O ciclo do desemprego anda ao contrário do ciclo do produto e a conhecida *lei de Okun* é a expressão mais conseguida desta relação (...).»
«Para Portugal, (...) a taxa de desemprego vem (vinha) fazendo a sua trajectória *grosso modo* simétrica à do ciclo do produto com atraso de cerca de um ano.

«As recessões e expansões são, em geral, mais agudas no investimento privado do que no produto, e neste mais do que no consumo.

Não
é “ciência
exacta” ...

«O coeficiente de Okun é (era) aproximadamente igual a 2
segundo estimativa da Comissão Europeia.»
(Era 1,96 em 1995, *European economy* nº 60, pp 43-44)

«A *NAIRU* para Portugal 1972/94
é (era) estimada pela CE (*European economy* nº 59, 1995, pp 144)
em valores anuais crescentes de 4,3% a 6,9%» (!).

«(Mas) uma das maiores dificuldades reside na estimativa da taxa *NAWRU* ou *NAIRU* (...).»

#

Exemplo simples, Portugal 1995: - Se o *gap real acumulado* do PIB 1993-94 fosse -3,8% como então a OCDE estimava, e se a *NAIRU* estivesse nos mencionados 6,9% (CE!), o *rácio de Okun* implicaria uma taxa de desemprego da ordem dos _____ = 8,8% em 1995. É claro que não deveríamos misturar diferentes fontes do PIB potencial e da *NAIRU* (OCDE e CE)... Mas “U*” 8,8% pela lei de Okun não compara mal com “U” 8,3% observado em 1995.

... 4.1) «Lei de Okun» – Portugal 1995 -

«O ciclo do desemprego anda ao contrário do ciclo do produto e a conhecida *lei de Okun* é a expressão mais conseguida desta relação (...).»
«Para Portugal, (...) a taxa de desemprego vem (vinha) fazendo a sua trajectória *grosso modo* simétrica à do ciclo do produto com atraso de cerca de um ano.

«As recessões e expansões são, em geral, mais agudas no investimento privado do que no produto, e neste mais do que no consumo.

Não
é “ciência
exacta” ...

«O coeficiente de Okun é (era) aproximadamente igual a 2
segundo estimativa da Comissão Europeia.»
(Era 1,96 em 1995, *European economy* n° 60, pp 43-44)

«A *NAIRU* para Portugal 1972/94
é (era) estimada pela CE (*European economy* n° 59, 1995, pp 144)
em valores anuais crescentes de 4,3% a 6,9%» (!).

«(Mas) uma das maiores dificuldades reside na estimativa da taxa *NAWRU* ou *NAIRU* (...).»

#

Exemplo simples, Portugal 1995: - Se o *gap real acumulado* do PIB 1993-94 fosse -3,8% como então a OCDE estimava, e se a *NAIRU* estivesse nos mencionados 6,9% (CE!),
o *rácio de Okun* implicaria uma taxa de desemprego da ordem dos $3,8\% / 2 + 6,9\% = 8,8\%$ em 1995.
É claro que não deveríamos misturar diferentes fontes do PIB potencial e da *NAIRU* (OCDE e CE)...
Mas “U*” 8,8% pela lei de Okun não compara mal com “U” 8,3% observado em 1995.

... 4.1) «Lei de Okun» - Portugal 2007 (simplificação) -

Admitindo:

1) Gap real acumulado do PIB 2003-06 (fonte CE, *Economic Forecasts*, Outono 2007) = -6,7%

2) Taxa de desemprego natural (fonte BP, *Relatório Anual*, 2000, p 170) NAIRU = 5%.

3) Lag de 1 ano.

4) Rácio de Okun “2 para 1”.

Não
é “ciência
exacta” ...

Viria “U*” 2007 pela lei de Okun: _____ = 8,35%.

#

Pelas estatísticas oficiais do desemprego (estimativa, fonte CE, cit.), “U” = 8%

É claro que não deveríamos misturar diferentes fontes de cálculo
(PIB potencial e NAIRU, respectivamente CE e BP)...

Mas “U*” pela lei de Okun 8,35% não compara mal com “U” observado/estimado 8% em 2007.

#

Em alternativa, andando ao contrário, fazendo do rácio de Okun a incógnita “h”, viria:

_____ → h = _____

Nesta aproximação à Lei de Okun, rácio de Portugal 2007: “___ para ___”.

#

Tudo isto é *grosso modo*.

... 4.1) «Lei de Okun» - Portugal 2007 (simplificação) -

Admitindo:

1) Gap real acumulado do PIB 2003-06 (fonte CE, *Economic Forecasts*, Outono 2007) = -6,7%

2) Taxa de desemprego natural (fonte BP, *Relatório Anual*, 2000, p 170) NAIRU = 5%.

3) Lag de 1 ano.

4) Rácio de Okun “2 para 1”.

Não
é “ciência
exacta”...

Viria “U*” 2007 pela lei de Okun: $6,7\% / 2 + 5\% = 8,35\%$.

#

Pelas estatísticas oficiais do desemprego (estimativa, fonte CE, cit.), “U” = 8%

É claro que não deveríamos misturar diferentes fontes de cálculo
(PIB potencial e NAIRU, respectivamente CE e BP)...

Mas “U*” 8,35% pela lei de Okun não compara mal com “U” 8% observado/estimado em 2007.

#

Em alternativa, andando ao contrário, fazendo do rácio de Okun a incógnita, viria:

$$6,7\% / x + 5\% = 8\% \longrightarrow h = 2,2$$

Nesta aproximação à Lei de Okun, rácio de Portugal 2007: “2,2 para 1”.

#

Tudo isto é *grosso modo*.

... 4.1) «Lei de Okun» - Portugal 2003 a 2007 (simplificação) -

Anos	Hiato real do PIB % (1)	Hiato acum ano n-1 % (2)	Rácio Okun (3)	NAIRU % (4)	“U*” Regra Okun (5) %	“U” Efect (6)
2002	+...
2003	-1,2
2004	-1,3	?	2 to 1	5	?	6,7
2005	-2,1	?	2 to 1	5	?	7,6
2006	-2,1	?	2 to 1	5	?	7,7
2007	-1,7	?	2 to 1	5	?	8,0e
2008	-1,2	?	2 to 1	5	?	8,0p

(1) a (5):
Não são “ciência exacta”...
E não estão Afogados.

U* é
grosso modo...

Fontes: (1) e (6) CE, *Economic Forecasts*, Outono 07.

(2) Pressuposto aqui assumido “lag” = 1 ano. (3) Pressuposto aqui assumido = 2, estável.

(4) BP, *Relatório Anual*, 2000; pressuposto aqui assumido = 5%, estável.

... 4.1) «Lei de Okun» - Portugal 2003 a 2007 (simplificação) -

Anos	Hiato real do PIB % (1)	Hiato acum ano n-1 % (2)	Rácio Okun (3)	NAIRU % (4)	“U*” Regra Okun (5)=(4)- (2)/(3) %	“U” Efect (6)
2002	+...
2003	-1,2
2004	-1,3	-1,2	2 to 1	5	5,60	<< 6,7
2005	-2,1	-2,5	2 to 1	5	6,25	<< 7,6
2006	-2,1	-4,6	2 to 1	5	7,30	< 7,7
2007	-1,7	-6,7	2 to 1	5	8,35	> 8,0e
2008	-1,2	-8,4	2 to 1	5	9,20	>>8,0p

(1) a (5):
Não são “ciência exacta”...
E não estão Afinados.

U* é grosso modo...

Anteviram os anos maus?...

Antevêm anos bons?...

Fontes: (1) e (6) CE, *Economic Forecasts*, Outono 07.

(2) Pressuposto aqui assumido “lag” = 1 ano. (3) Pressuposto aqui assumido = 2, estável.

(4) BP, *Relatório Anual*, 2000; pressuposto aqui assumido = 5%, estável.

4.2) Okun

- «Cost-reducing policies» -

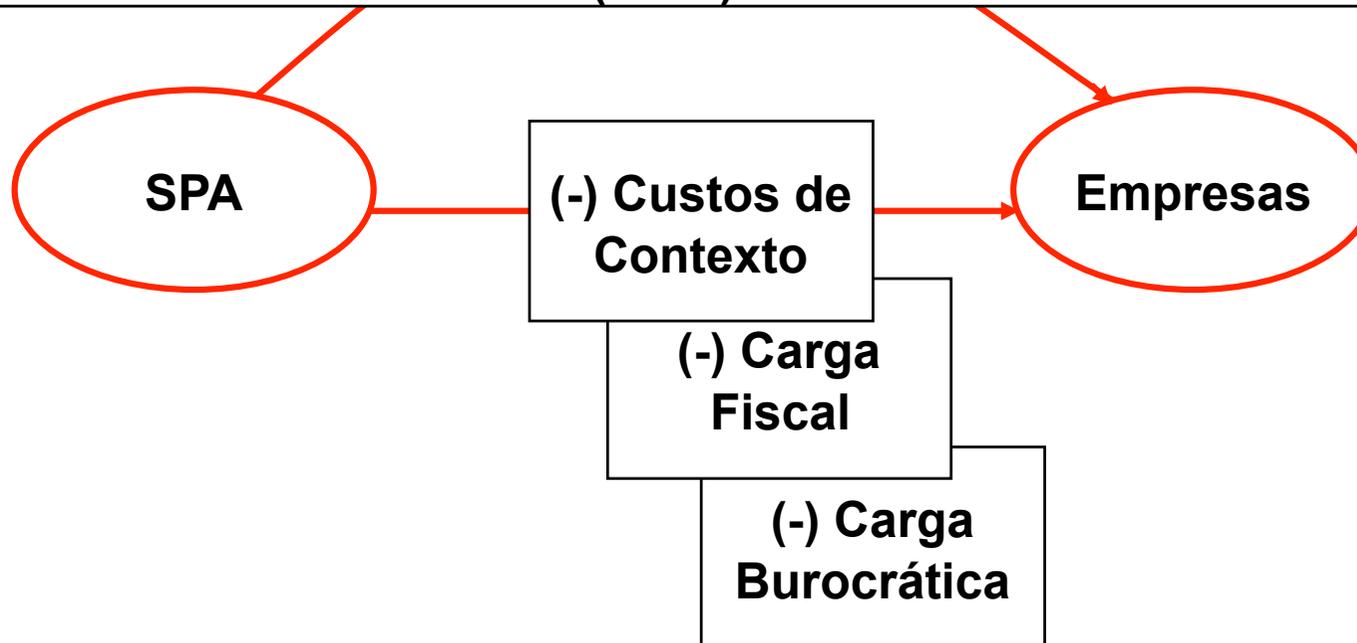
«The cost-reducing tools are potentially the great reconciler of employment targets and price level (or nominal GNP) targets.
(...) With a combined arsenal of demand-influencing and cost-influencing instruments, a price-oriented strategy becomes feasible. Targets for nominal GNP deserve priority over employment targets in that context.»

[Okun, Arthur M, *Prices & Quantities – A Macroeconomic Analysis*, 1981, p 356]

... 4.2) Okun

- «Cost-reducing policies» -

(+) Política de rendimentos e concertação social
(+) Qualidade das Instituições e das PP
(+) Reformas estruturais [do Estado; dos Mercados]
(-) Peso do Estado
(+) Concorrência
(+) Abertura da economia
(... ..)



... 4.2) Okun

- «Cost-reducing policies» -

1) «Praticamente todas as teorias do crescimento indicam que os aumentos das taxas de imposto sobre indivíduos e empresas conduzem à diminuição da taxa de crescimento económico.»

[J César das Neves e Sérgio Rebelo, *O Desenvolvimento Económico em Portugal*, 2001, p 17]

3) «As análises sugerem que os impostos elevados tendem a reduzir o crescimento do produto, mostrando o efeito combinado do aumento de 1 pp na taxa global de tributação, com uma diminuição do nível do produto de cerca de 0.6%-0,7%.»

[OCDE, *Compreender o Crescimento Económico*, 2005, p 11]

4) «Os resultados empíricos indicam um efeito negativo directo da regulamentação do mercado de produtos na produtividade. (...) Uma menor rigidez da regulamentação do mercado de produtos poderia, com base nessa evidência, reduzir substancialmente, a longo prazo, o fosso da produtividade em países como Grécia, Portugal ou Espanha.»

[OCDE, cit., p 12]

... 4.2) Okun

- «Cost-reducing policies» -

1) «As medidas do tipo 'cost-reducing' são de primordial importância para a política económica em Portugal. Parece especialmente recomendável: (i) Aliviar os sobrecustos fiscais e parafiscais (...); (ii) Promover uma 'política de rendimentos' de horizonte supra-anual (...); (iii) Melhorar o funcionamento do mercado do trabalho e propiciar o reajustamento das 'escalas micro económicas' da produção (...).

Notar-se-á que não consideramos medidas habitualmente incluídas na política dos 'tempos de trabalho'. Em vez de 'cost-reducing', tais medidas oferecem riscos de 'cost-increasing'.»

[Miguel Cadilhe, "Estratégia Macroeconómica para Portugal", in *Brotéria*, 1985, p 524/5]

2) «O programa preconizado de desmajoração do Estado inspira-se em ideias simples, que até podem não ser novas, algumas vêm dos meus tempos de ministro das Finanças (como (...) as 'cost-reducing policies', inspiradas em Okun). (...) As ideias recorrem predominantemente a políticas do lado da oferta (supply-side oriented policies) (...), não descurem, porém, as políticas de estabilização ou políticas do lado da procura (demand-side policies) (...)»

[Miguel Cadilhe, *O Sobre peso do Estado em Portugal*, 2005, p 42]

... 4.2) Okun

- «Cost-reducing policies» -

OKUN: Reduzir custos

Quando morreu em 1980, aos 52 anos, Arthur Okun era um dos mais notáveis economistas do seu tempo. A chamada 'lei Okun', que liga as variações da taxa de desemprego às variações do PIB, é muito citada, mas, a meu ver, importará mais lembrá-lo pelas ideias sobre 'cost-reducing policies'.

Na senda do seu derradeiro livro, defendi (*Brotéria*, 1985) que tais políticas eram, são, primordiais para Portugal: (i) aliviar a carga fiscal e parafiscal; (ii) promover uma política de rendimentos supra-anual; (iii) melhorar o mercado laboral, propiciar flexibilidade às escalas de produção, recusar cortes dos tempos de trabalho.

Hoje, se retocarmos este artigo com 'custos de contexto' e outros mercados de produtos, veremos que tudo está actualíssimo. Mais do que nunca, entre nós, as ideias de Okun impõem-se frente a agrestes condições como a globalização, os 27 da UE, a quase não-inflação e o monetarismo do BCE, o euro forte que é um pau de dois bicos, a carestia dos petróleos, as decisões de investir e desinvestir das empresas...

[Miguel Cadilhe, jornal *Expresso*, 13 Janeiro 2007]

**5)
Qualidade
das
Instituições
e das
Políticas Públicas**

- Qualidade das instituições -

A falha institucional

A qualidade das instituições é um ponto nevrálgico da democracia. E da economia. Novo e premiado ramo da análise económica debruça-se sobre 'variáveis institucionais'.

Por exemplo, como, porquê,

- Juízes geram graves atrasos da justiça?
- Professores empobrecem eficiência do ensino?
- Médicos mantêm máquinas e horários subaproveitados, com doentes por atender?
- Militares compram inúteis equipamentos?
- Sindicalistas defendem excessos de pessoal, com baixa produtividade?
- Deputados são tantos e trabalham tão pouco?
- Legisladores legislam mal e demais?
- Burocratas menosprezam a 'satisfação do cliente'?
- Empresas cultivam economia informal?
- Empresários fragmentam o cume associativo?
- Desempregados nativos recusam trabalho de imigrantes?
- Políticos investem em maus projectos?
- Eleitos rasgam solenes promessas eleitorais, como se eleitores não tivessem memória?
- Primeiros-ministros trocam mandato por outras funções?...

Estudos revelam que, em Portugal, boas reformas institucionais podem fortalecer o produto potencial, atenuar custos de contexto, melhorar a competitividade.

Bem precisamos de empurrar para cima a tendência de crescimento.

[Miguel Cadilhe, jornal *Expresso*, 11 Agosto 2007]

- Qualidade das instituições e das políticas públicas -

A TLEBS e a ECONOMIA

Anda o 'PIB potencial' a perder ritmo, aí entra a educação; andam investidores a remoer 'custos de contexto', aí conta a educação; andam peritos a perscrutar os fracos rácios 'inputs/outputs' da despesa pública, aí pesa a educação; andam OCDE, FMI, UE, a dizer-nos que iguais recursos podem dar muito mais e melhor produto educacional; andam jovens a exhibir uma das piores capacidades de perceber o que lêem; anda Portugal a precisar de golpes de asa... E eis que surge a TLEBS, Terminologia Linguística para Ensinos Básico e Secundário, magistral cerejinha no cimo do bolo.

O que de bom traz a TLEBS? Simplifica e aprofunda a aprendizagem do português? Puxa por apetências e aptidões, motiva alunos desmotivados? Reduz iliteracias? Substitui bem um regime de 40 anos, supostamente mau? Gera benefícios superiores aos custos?

Com todo o respeito pelos seus autores, parece que, disso, a TLEBS traz pouco. E não traz eficiência, pelo contrário, demonstra como se liga um 'complicador'. A TLEBS é das tais coisas que, sendo de fora da economia, relevam para a economia.

[Miguel Cadilhe, jornal *Expresso*, 16 Dezembro 2006]

- Qualidade das instituições e das políticas públicas -

**Ver o anexo B
do livro citado**

«O Sobrepeso do Estado em Portugal», pp 111/122:

- 1) O peso do Estado e a competitividade**
- 2) As reformas estruturais importantes**
- 3) Os regimes de administração da Função Pública**
- 4) A demografia e os regimes de Pensões e Saúde**
- 5) Os regimes de administração da Segurança Social**
- 6) Os regimes de administração da Saúde**
- 7) Os regimes de administração da Educação**
- 8) Os regimes de administração da Justiça**
- 9) Os regimes de administração Fiscal**

5.1) Qualidade das Instituições & PIB per capita (pps) - Coeficientes de correlação das 'variáveis institucionais' -

• Rule of law	88%
• Government effectiveness	87%
• Control of corruption	85%
• Regulatory control	79%
• Voice and accountability	77%
• Political stability	48%

Análise sobre 35 países industrializados. Fonte: Estudos FMI, BM, CE - 2003, 2005

... 5.1) Qualidade das Instituições & PIB per capita (pps)

**A melhoria de +1 'desvio padrão'
na Qualidade das Instituições
pode induzir
+1,4 'pontos percentuais'
no crescimento médio anual do PIB pc.**

**A Qualidade das Instituições
pode explicar entre 2/3 e 3/4
das diferenças de crescimento
entre países.**

Crítica: - Haverá aqui interdependências...
Análise com distribuição de probabilidade Normal, média zero.
Fonte: Estudos FMI, BM, CE - 2003, 2005

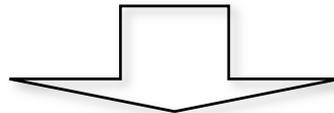
... 5.1) Portugal – Produto per capita

Recapitulando...

GDP per capita: 20 years annual average growth rate

“Human capital” lowered growth by 1,2 pp/year...

“Inefficiencies” and “country specific effects” lowered growth by 1,5 pp/year...



Portugal needs structural reforms

GDP p.c.
less 2,7pp
per year
for 20 years

5.2) «Reformas Estruturais Importantes» pelo novo Pacto de Estabilidade e Crescimento

Recapitulando...

«Reformas estruturais Importantes»

1) Reforço PIB Potencial

2) Sustentabilidade LP Finanças Públicas

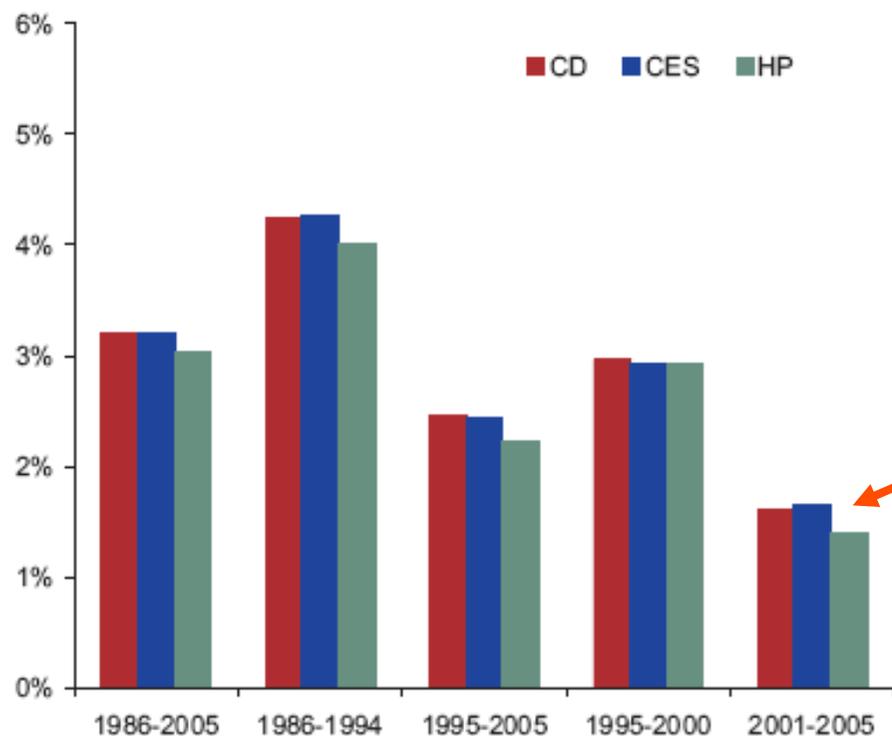
3) Análise custos-benefícios

Reforma
da
Justiça

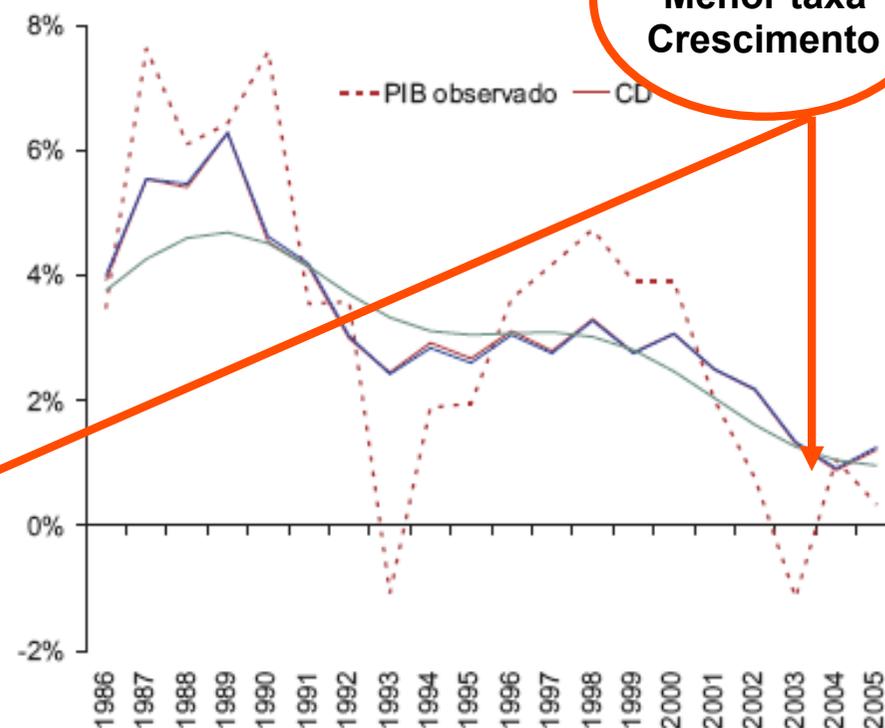
5.3) Produto potencial – Portugal (Taxas de crescimento real anual)

Recapitulando...

CRESCIMENTO DO PRODUTO POTENCIAL –
MÉTODOS ESTRUTURAIS VS MÉTODOS
ESTATÍSTICOS (SUBPERÍODOS)



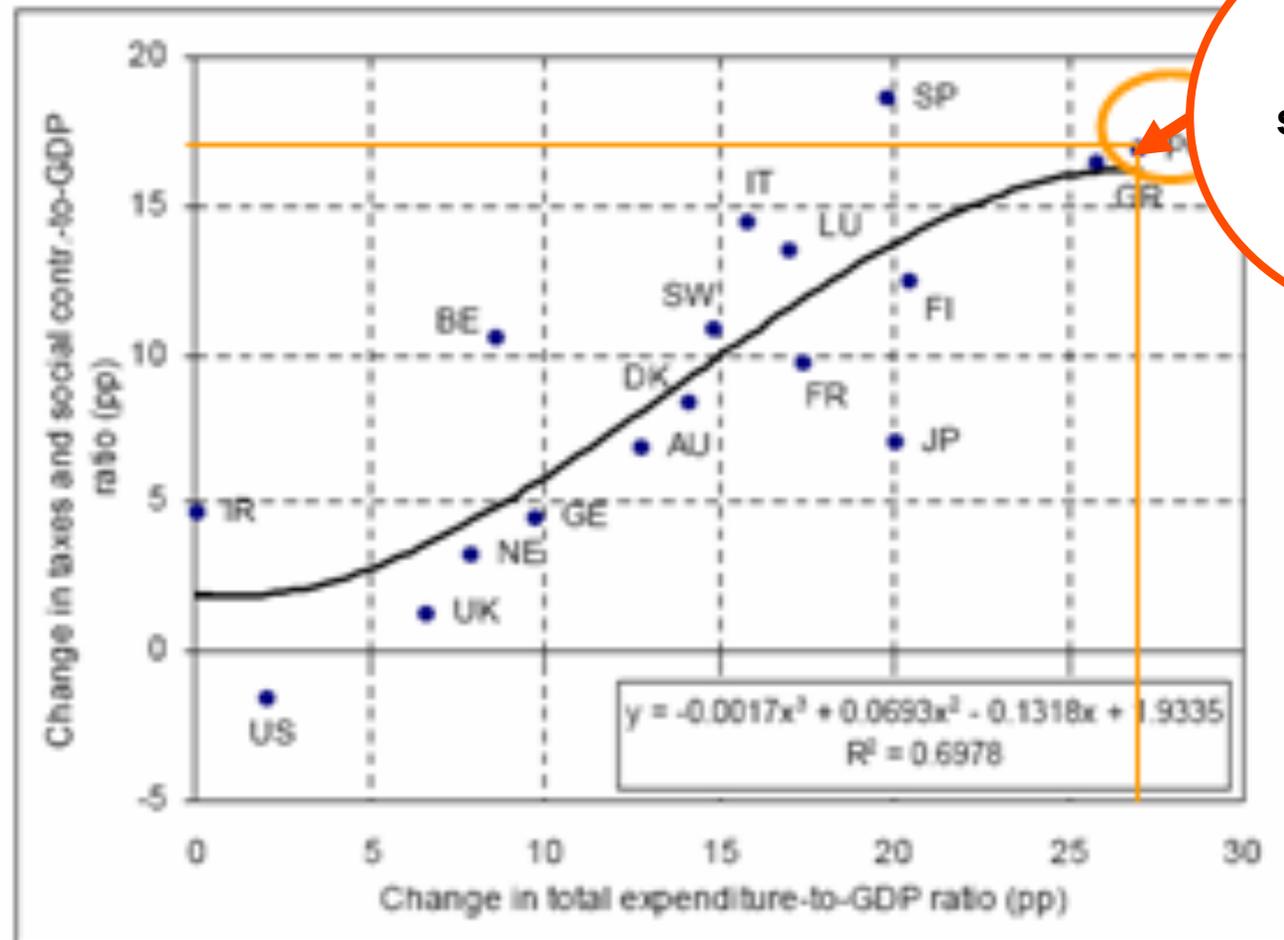
CRESCIMENTO DO PRODUTO POTENCIAL –
MÉTODOS ESTRUTURAIS VS MÉTODOS
ESTATÍSTICOS



5.4) Crescimento do Peso do SPA em % do PIB (34 anos: 1970 – 2004)

Recapitulando...

Figure 2 – Changes in total spending and in taxes and social contributions-to-GDP ratios, between 1970 and 2004



Portugal:
a maior
subida de DP/PIB
e a 2ª maior
de RF/PIB

5.5) O caso da administração da Justiça

MC, *O Sobrepeso do Estado em Portugal*, 2005, cit., p 119/121.
Os slides seguintes são retirados de CEPEJ, 2006.

Numa leitura global, se bem que não cubram todas as áreas em causa, os indicadores abaixo seleccionados parecem permitir que se conclua, objectivamente, ser relativamente baixa a eficiência da administração da justiça em Portugal. E parecem ajudar a sustentar a opinião qualitativa, que entre nós está generalizada, de a nossa administração da justiça precisar de mudanças de regime e operacionalidade.

“The CEPEJ evaluation scheme (...) provides the member States with ‘benchmarks’ regarding the functioning of their judicial system. (...) While we can easily scale the costs of different judicial systems, scaling quality or effectiveness is more difficult. (...) Tasks that are in the private sector in many countries – for instance the work of the notary or bailiffs – are performed by courts and judges in other countries. (...) In general, when costs are compared regardless of outcomes, courts that spend the least will seem the most ‘efficient’. (...)”

In general, three main variables have been used to scale and compare results: the number of inhabitants, the gross average salary and total state expenditure. (...)”

It should be noted that the number of cases in different systems can not easily be compared. (...) These numbers should be treated with caution”.

[CEPEJ, European Commission for the Efficiency of Justice, *European Judicial System* 2002, Dec 2004, pp. 16, 17, 25, 30, 32, 37 a 43]

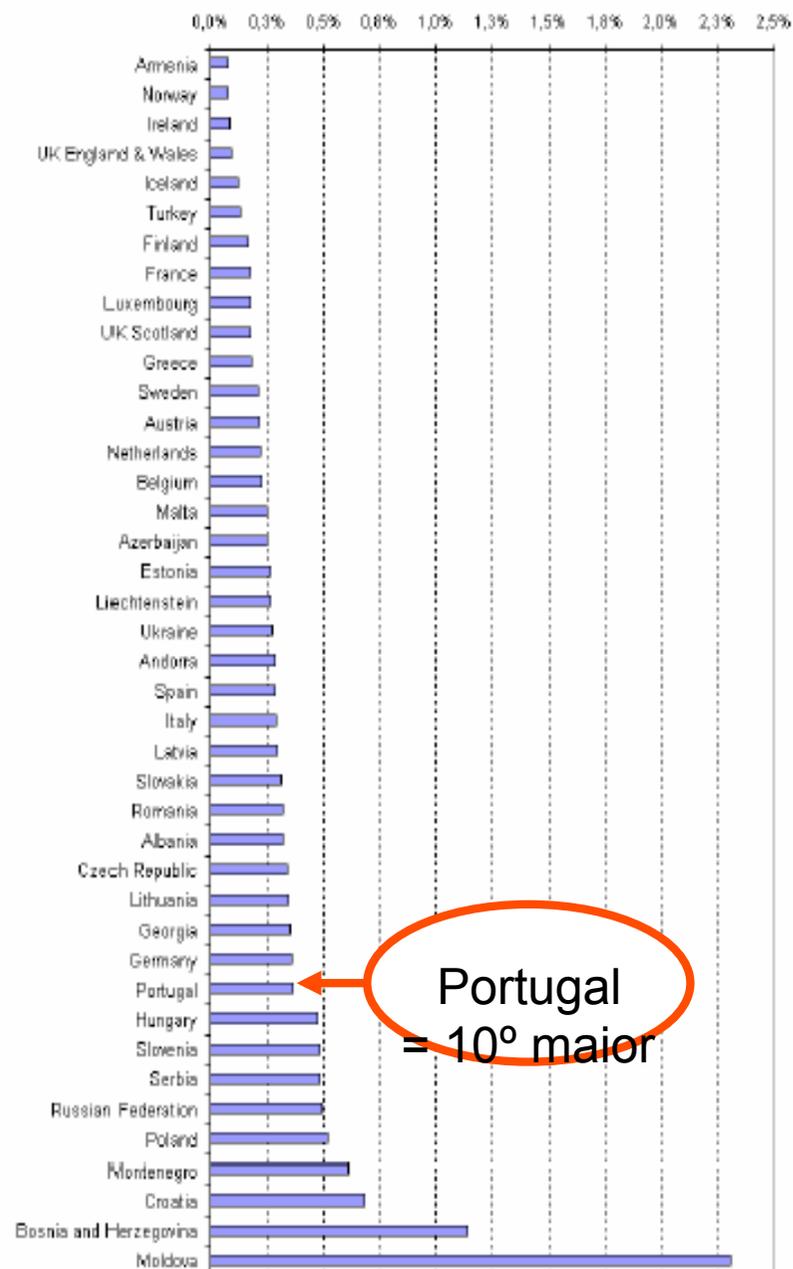
119

Examples of judicial input indicators:

... 5.5) O caso da administração da Justiça

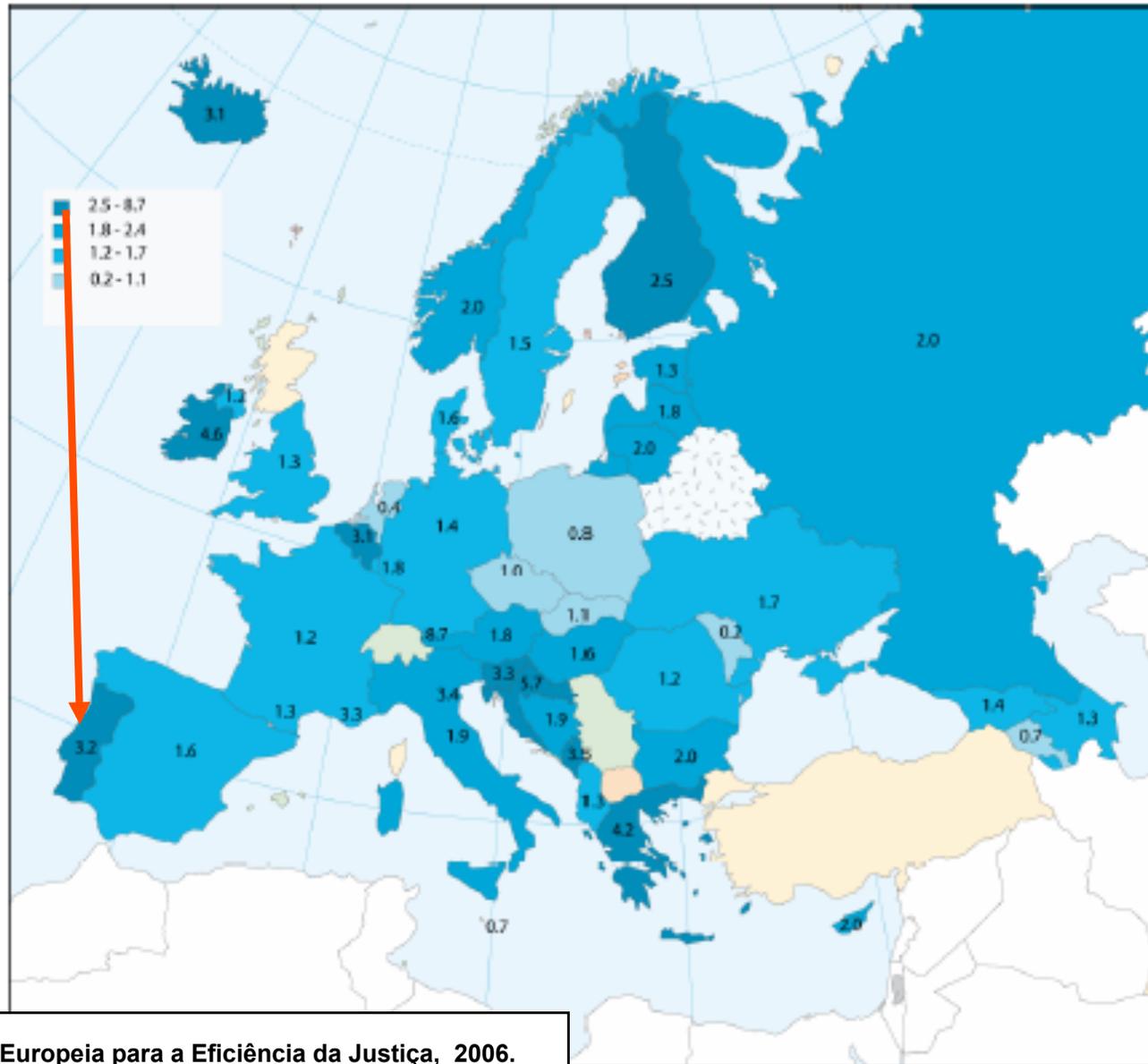
Tribunais: Orçamento anual por habitante em % do PIB per capita (2004)

Graph 8. Total annual budget allocated to all courts and prosecution (without legal aid) per inhabitant in 2004 as percentage of per capita GDP



... 5.5) O caso da administração da Justiça - Número de Tribunais por 100 mil habitantes (2004) -

Map 1. Court locations per 100.000 inhabitants in 2004

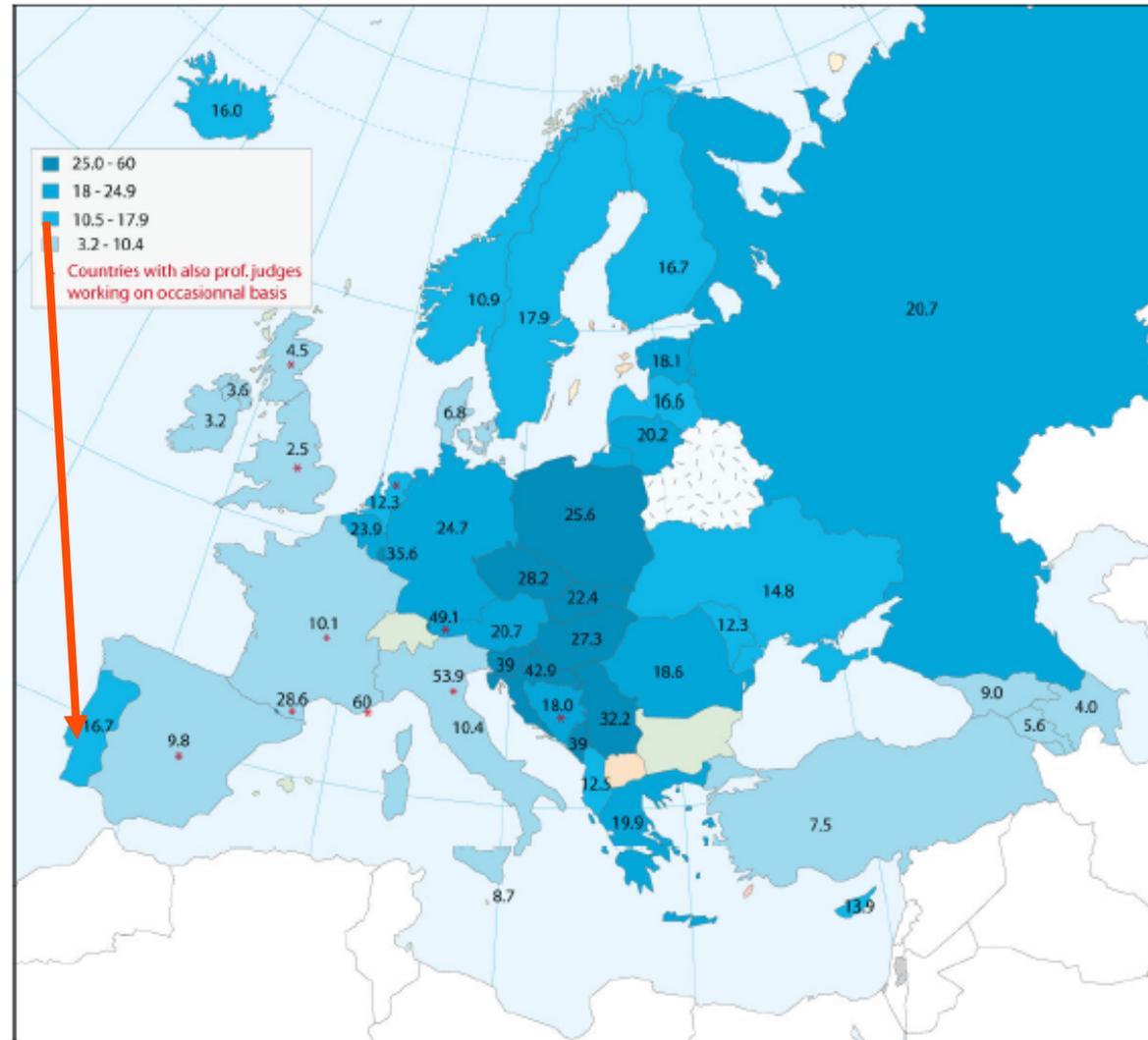


Fonte: CEPEJ, Comissão Europeia para a Eficiência da Justiça, 2006.

MC

... 5.5) O caso da administração da Justiça - Número de Juízes por 100 mil habitantes (2004) -

Graph 17. Map of professional judges in 2004 (per 100.000 inhabitants)



Fonte: CEPEJ, Comissão Europeia para a Eficiência da Justiça, 2006.

MC

There are no non professional and non remunerated judges (including "lay judges") in Armenia or in

**... 5.5) O caso da
administração da
Justiça**

**Salário bruto dos Juízes
versus
salário bruto médio
nacional
(anual, 2004)**

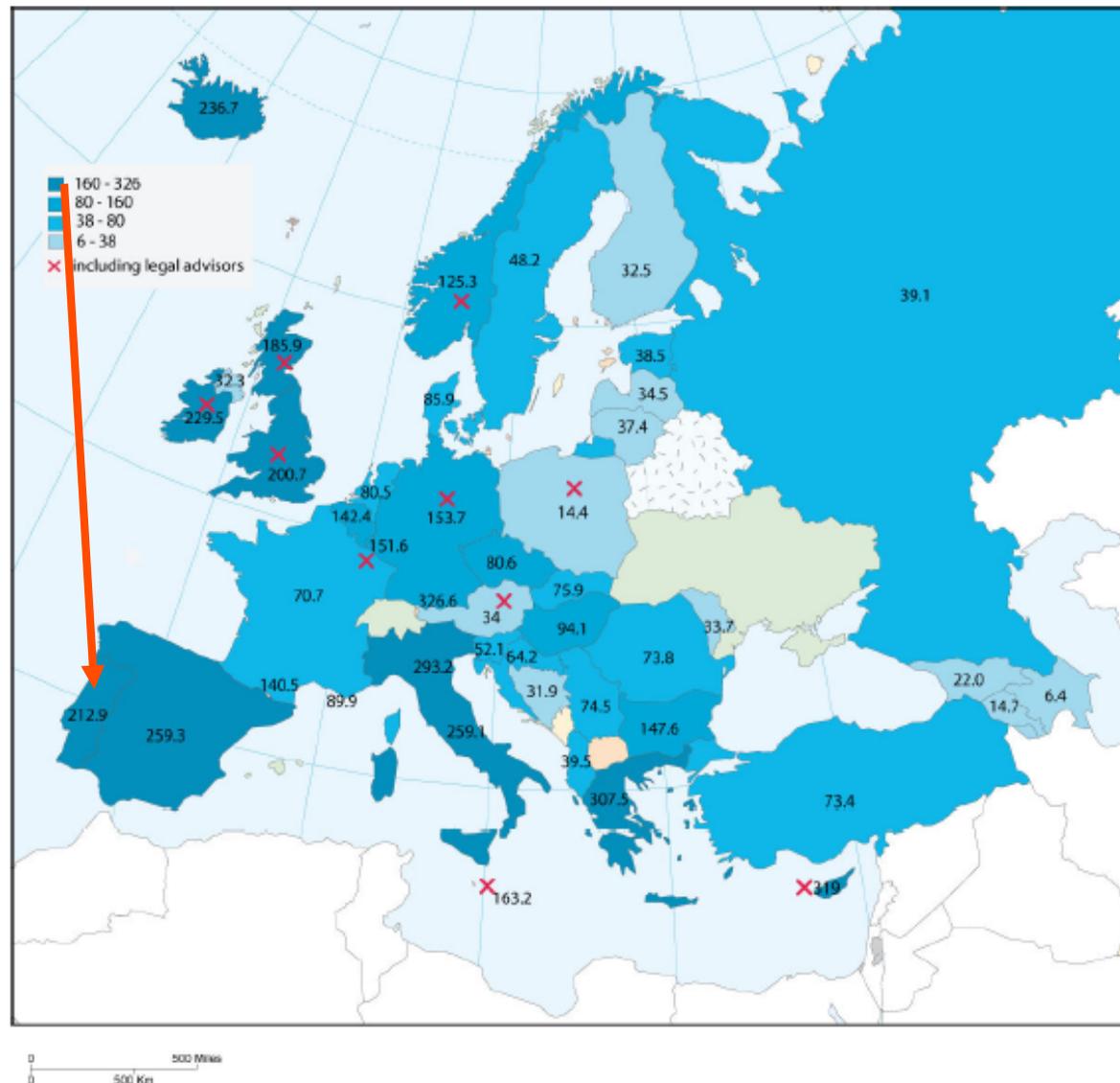
Países	Juízes 1ª inst.^a início carr.^a	Juízes Supremo
Irlanda	4,5	7,2
Inglaterra	4,1	7,2
Portugal	2,4	5,8
Itália	1,6	5,1
Espanha	1,9	4,3
França	1,3	4,1
Grécia		3,4
Holanda	2,1	3,6
Finlândia	1,5	3,2
Bélgica	1,6	2,9
Suécia	0,7	2,8
Noruega	1,7	2,7
Áustria	1,1	2,6
Alemanha	1,5	2,2

Fonte: CEPEJ,
Comissão Europeia para a Eficiência da Justiça, 2006.

MC

... 5.5) O caso da administração da Justiça - Número de Advogados por 100 mil habitantes (2004) -

Graph 27. Number of lawyers (as defined in (Recommendation Rec(2000) 21) in 2004 (per 100.000 inhabitants)



Fonte: CEPEJ, Comissão Europeia para a Eficiência da Justiça, 2006.

MC

... 5.5) O caso da administração da Justiça

- **SPA (Sector Público Administrativo) Portugal:**
Algumas enormidades na afectação de recursos...
- **Justiça:**
Um caso flagrante de falha de «reforma estrutural importante» e de bom investimento público corpóreo e incorpóreo (capital humano)...
- **Questão:**
 - *Como estaria hoje a Administração da Justiça se tivéssemos nela investido uma parte de uma dessas enormidades?*
 - *Como poderá estar amanhã a Administração da Justiça se nela investirmos parte (só parte) do excesso (só do excesso) do gasto de que se fala do projecto da OTA?*

6)
Economia informal

Portugal: economia informal

(% do PIB oficial)

Recapitulando...

1989/90	1991/92	1994/95	1997/98	1999/00	2001/02
15,9	17,2	22,1	23,1	22,7	22,5

O Aluno responderá:
- Por que razão
a economia paralela
pode afectar a competitividade?

Ver anexo H de "O Sobrepeso do Estado em Portugal"

Fonte: Friedrich Schneider, *Size and measurement of the informal economy in 110 countries around the world*.

Paper com o apoio do Banco Mundial, 2002.

Método baseado na procura de moeda)

Dimensão da economia informal (% do PIB oficial)

	1989/90	1991/92	1994/95	1997/98	1999/2000	2001/2002
EUA	6,7	8,2	8,8	8,9	8,7	8,7
Suiça	6,7	6,9	7,8	8,1	8,6	9,4
Áustria	6,9	7,1	8,6	9	9,8	10,6
Japão	8,8	9,5	10,6	11,1	11,2	11,1
Reino Unido	9,6	11,2	12,5	13	12,7	12,5
Nova Zelândia	9,2	9	11,3	11,9	12,8	12,6
Holanda	11,9	12,7	13,7	13,5	13,1	13
Austrália	10,1	13	13,5	14	14,3	14,1
França	9	13,8	14,5	14,9	15,2	15
Irlanda	11	14,2	15,4	16,2	15,9	15,7
Canadá	12,8	13,5	14,8	16,2	16	15,8
Alemanha	11,8	12,5	13,5	14,9	16	16,3
Dinamarca	10,8	15	17,8	18,3	18	17,9
Finlândia	13,4	16,1	18,2	18,9	18,1	18
Noruega	14,8	16,7	18,2	19,6	19,1	19
Suécia	15,8	17	19,5	19,9	19,2	19,1
Bélgica	19,3	20,8	21,5	22,5	22,2	22
Portugal	15,9	17,2	22,1	23,1	22,7	22,5
Espanha	16,1	17,3	22,4	23,1	22,7	22,5
Itália	22,8	24	22	27,3	27,1	27
Grécia	22,8	21,8	20,8	29	28,7	28,5

16,7%
2001/02
média
não ponderada
dos 22 países

Fonte: Friedrich Schneider, *Size and measurement of the informal economy in 110 countries around the world.*

Paper com o apoio do Banco Mundial, 2002.

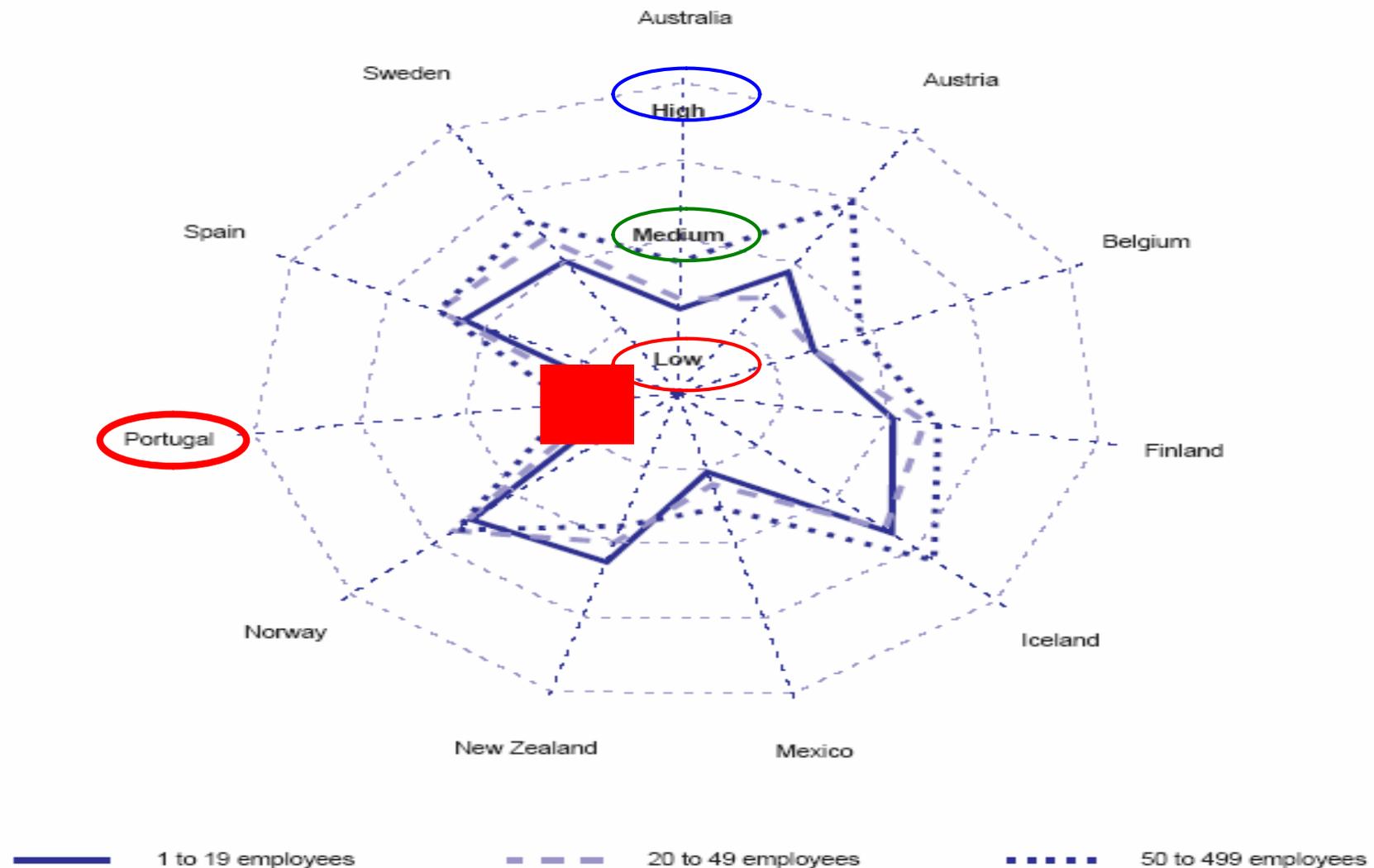
Método baseado na procura de moeda.

“O Sobre peso do Estado em Portugal”, anexo H.1

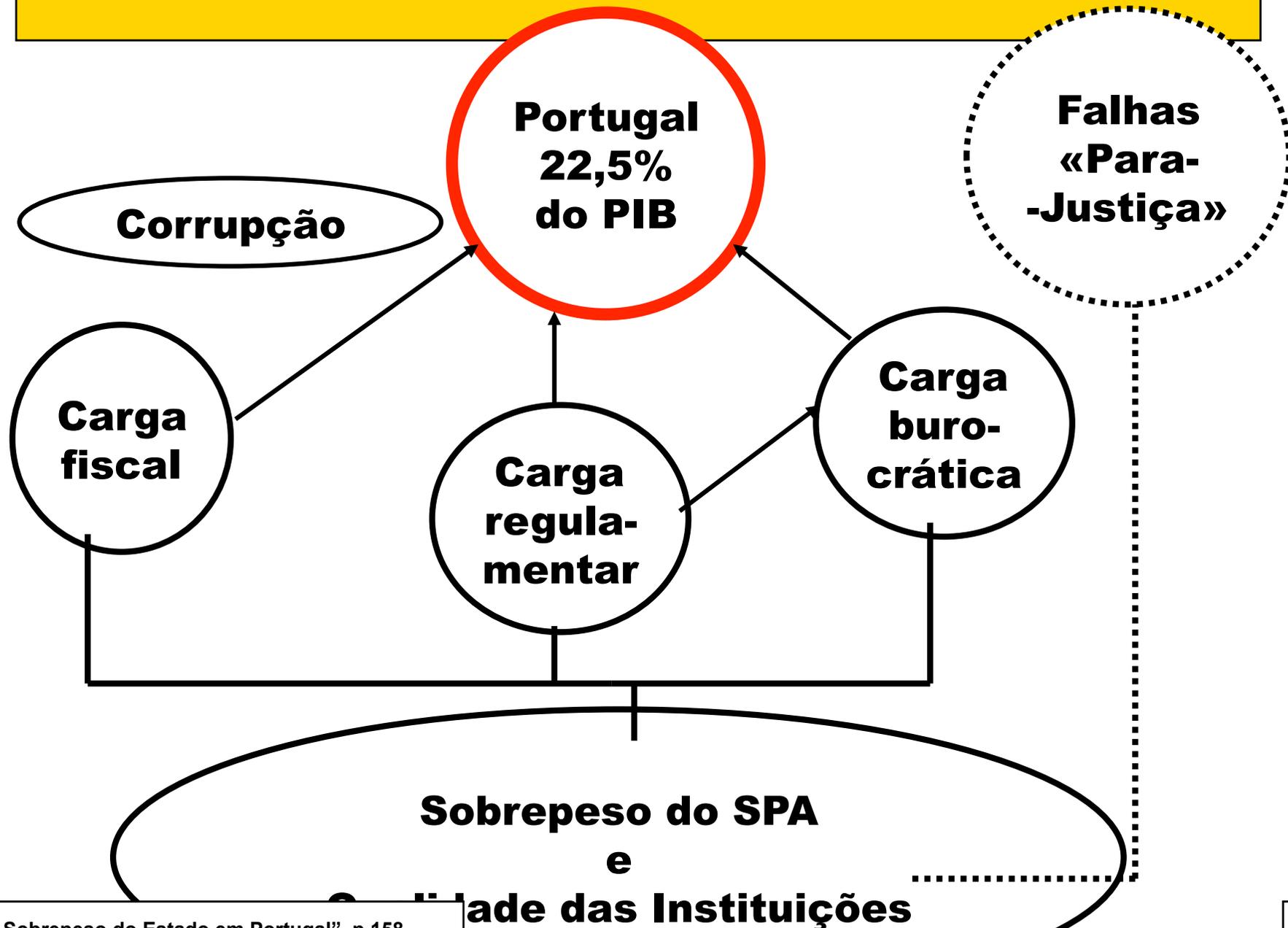
MC

GRAU DE “FORMALIDADE”

NÍVEL DE CONFORMIDADE COMO PERCEPCIONADO POR PMES
(REGRAS DE EMPREGO, IMPOSTOS E AMBIENTE) (Fonte: OCDE, 2004)



6.1) Causas da Economia Informal



... 6.1) Principais causas da economia informal

«Em geral, o Estado muito presente na economia tende a traduzir-se em:

- elevado grau de regulamentação (não confundir com regulação) e
- em elevado rácio *RF/PIB*.

Uma coisa e outra implicam uma maior propensão à economia informal.»

... 6.1) Principais causas da economia informal

«... measures related to the tax regime and administration which would help fight informality, including:

- i)* simplifying the tax system to reduce the cost of compliance;
- ii)* strengthening controls and cross checking registries (tax, social security, labour market);
- iii)* applying fines for evasion (avoiding tax amnesties);
- iv)* reorganizing tax administration and developing specialisation on sectors prone to informality.» [Fonte: OCDE, Economic Surveys -Portugal, 2004, p 85]

«Simplify the tax system and broaden the income tax base to reduce compliance costs for businesses and the scale of informal activities.»

[OECD, *Economic Policy Reforms – Going for Growth*, 2005, p. 104]

... 6.1) Principais causas da economia informal

- «*An increasing burden of taxation and social security payments, combined with rising state regulatory activities, are the major driving forces for the size and growth of the informal economy*» (Friedrich Schneider , citº, p 44).

PP contra a economia informal?

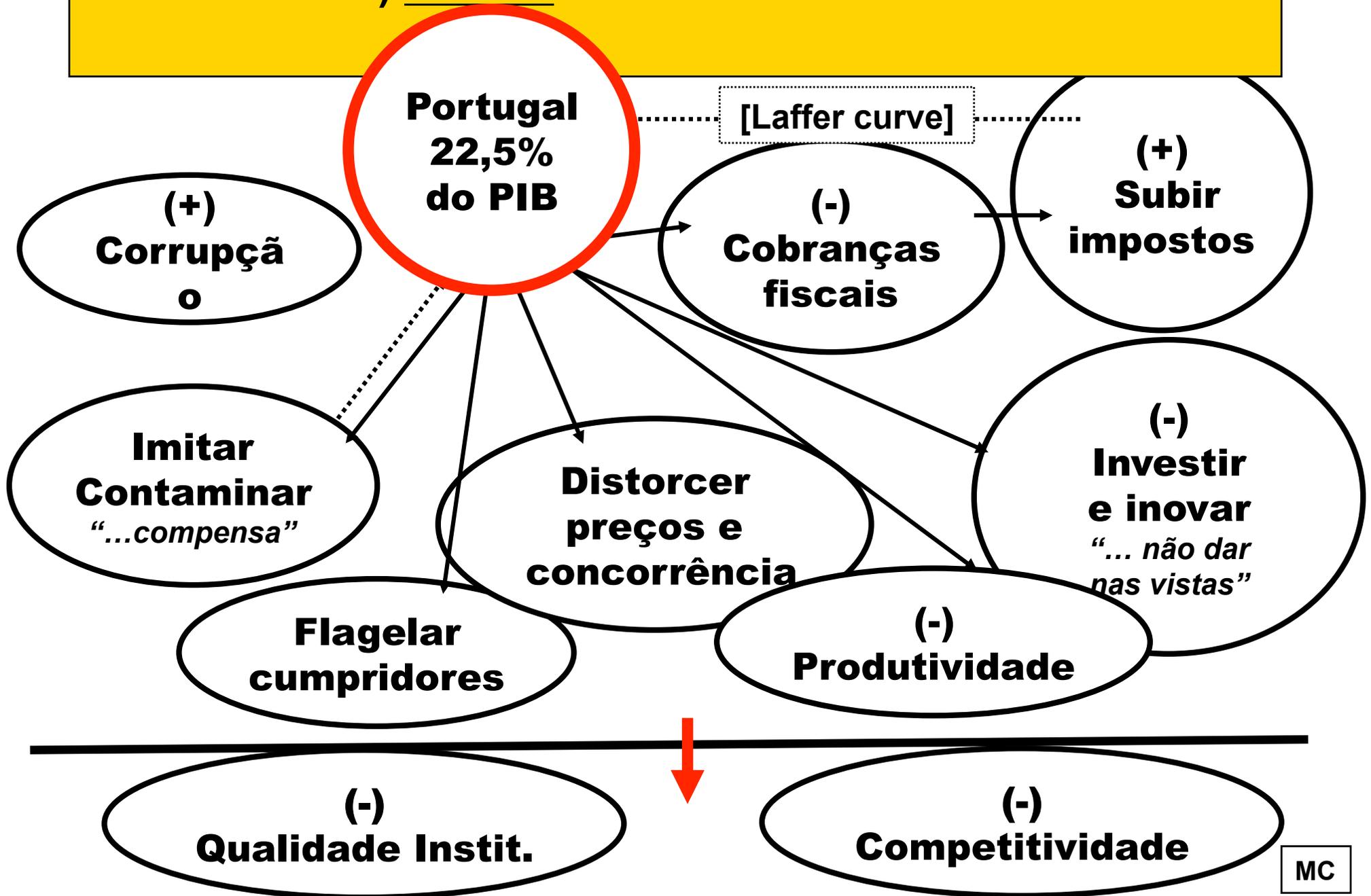


... 6.1) Principais causas da economia informal

- *«An increasing burden of taxation and social security payments, combined with rising state regulatory activities, are the major driving forces for the size and growth of the informal economy» (Friedrich Schneider , citº, p 44).*

- PP contra a economia informal:**
- **Política fiscal e parafiscal**
 - **Política anti “custos de contexto”**
 - **Redução e modernização do Estado**
 - **Políticas estruturais...**

6.2) Efeitos da Economia Informal



... 6.2) Principais efeitos da economia informal

Informality “ imposes a heavier burden on economic agents who comply. It also distorts competition among firms, allowing the survival of low productivity enterprises, which have low costs as a result of evasion.

It distorts relative prices, inducing firms which operate in informality to substitute (low cost) labour for capital, so that these firms do not invest in the equipment necessary to increase labour productivity.

Finally, these enterprises, in order to remain invisible, tend to use self-financing and remain small, often too small to be innovative and absorb best practices.”

Fonte: OCDE, Economic Surveys -Portugal, 2004, p 86

**7)
Carga fiscal
versus
Esforço fiscal**

'Carga fiscal' (ou 'nível de fiscalidade') vs 'Esforço fiscal' (ou 'sacrifício fiscal')

Sobrecarga fiscal

A teoria e a análise distinguem entre 'carga fiscal' e 'esforço fiscal'.

O primeiro indicador, também dito 'nível de fiscalidade', é mais simples mas mais limitado. É a divisão de toda a receita fiscal, incluindo a parafiscal, pelo PIB (RF/PIB).

Todavia, que sentido terá, por exemplo, dizer que é quase igual a 'carga fiscal' em Portugal e Alemanha? De facto, o indicador parifica os dois países, mas desconsidera alguns aspectos essenciais. Nós temos muito menos PIB por habitante. Temos menos desenvolvimento. Temos mais economia paralela. E temos a qualidade dos serviços públicos, que é o que é.

O segundo indicador, também dito 'sacrifício fiscal', é mais elaborado. Pega no primeiro indicador e conjuga-o com alguns daqueles aspectos que diferenciam os países.

Pois bem, em comparações internacionais, Portugal piora, ou piora muito (consoante o método), quando passamos do primeiro indicador para o segundo.

O 'esforço fiscal' sobrepesa entre nós. Já não é carga, é sobrecarga. Isso não é bom para a economia. Nem para a contenção das despesas públicas.

É bom, isso sim, para desmesurar o Estado e motivar a economia informal.

[Miguel Cadilhe, jornal *Expresso*, 30 Junho 2007]

Sobre os conceitos, ver o livro de M H Freitas Pereira, «*Fiscalidade*», 2ª ed, pgs 321/343.

**8)
Para
reflexão
final**

Cabo das Tormentas

Sobrevoemos vinte anos da economia portuguesa.

O investimento produtivo (FBCF) das empresas vem sofrendo, nos anos 2001-06, a sua maior quebra real acumulada.

E a produtividade do trabalho vem fazendo, nestes mesmos anos, o seu pior percurso, em tendência modestíssima.

O rendimento 'per capita', em percentagem da média europeia dos quinze, recua hoje para os seus recatos de 1991, tal e qual.

A economia portuguesa caiu, assim, na sua armadilha.

Para sair dela, precisamos de muitas mais mudanças de fundo, precisamos de um Estado bastante mais suportável, precisamos de muito menos carga fiscal, precisamos de muito mais investimento privado e público, do bom, precisamos de muito melhores sistemas de educação e justiça, precisamos de evitar políticas contraccionistas.

Em artigo de 1997, a propósito do Euro e do seu Pacto, escrevi que os crescimentos dos nossos produtos efectivo e potencial iam degradar-se demoradamente.

É nisso que vamos estando. Por quanto mais tempo, ninguém sabe, o que se conhece são palpites sobre o cabo da Boa Esperança.

[Miguel Cadilhe, jornal *Expresso*, 18 Novembro 2006]

MC, «*Trivialidades*», 1997, cit.